



Governo do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060



Governo do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

LICITAÇÃO ELETRÔNICA - P.E. Nº 90038/2026- DICOA/DEALF/CBMDF - PROCESSO Nº 00053-00040182/2026-38

UASG: 170394

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

OBJETO: Contratação de empresa homologada pela ANAC, especializada Serviços de reparos e manutenção de aeronaves, Serviços de manutenção e conservação de bens móveis, Manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças, componentes, acessórios, fluídos, equipamentos, ferramental, consumíveis necessários e demais serviços para manutenção da aeronavegabilidade da aeronave de Resgate Grand Caravan C208 do CBMDF.

DADOS DO PREGÃO ELETRÔNICO

MODO DE DISPUTA: ABERTO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

VALOR ESTIMADO: R\$ 521.267,23

VARIAÇÃO MÍNIMA DE LANCES: R\$ 0,10 centavos

PROGRAMA DE TRABALHO: 28.845.0903.00NR.0053 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: CBMDF (24.104)

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39.85 FONTE DE RECURSOS: 100 FCDF

IMPORTANTE

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 18:00 horas do dia 29/05/2026.

PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 18:00 horas do dia 29/05/2026.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 14:00 horas do dia 03/06/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS ÀS: 14:00 horas do dia 03/06/2026.

O Distrito Federal, representado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, por intermédio do Pregoeiro do CBMDF, designado pelo Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral por meio da

Portaria de 23 de fevereiro de 2026 publicada no DODF nº 34 de 23 de fevereiro de 2026, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, para a contratação do objeto especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, pelas Leis do DF nº 4.611/2011, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos do DF nº 44.330/2023 e nº 35.592/2014 **além das demais normas pertinentes**, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

Os trabalhos serão conduzidos por militar do CBMDF, denominado Pregoeiro, designado para conduzir o certame mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica www.gov.br/compras/pt-br, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação e homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página www.cbm.df.gov.br (clicar em “*acesso à informação / licitações e contratos*”) e no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa homologada pela ANAC, especializada Serviços de reparos e manutenção de aeronaves, Serviços de manutenção e conservação de bens móveis, Manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças, componentes, acessórios, fluídos, equipamentos, ferramental, consumíveis necessários e demais serviços para manutenção da aeronavegabilidade da aeronave de Resgate Grand Caravan C208**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 9 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. O valor referente às peças não farão parte da disputa uma vez que o valor das peças terá como referência prioritária o sítio eletrônico oficial do fabricante, não sendo um item em que a empresa obterá lucro. A utilização das peças será eventual e sob demanda, de modo que, **para fins de balizamento da proposta de preços pelos fornecedores, o valor contido na Planilha dos itens a serem disputados na licitação R\$ 298.745,88 (duzentos e noventa e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)**, deverá ser utilizado como referência.

1.3. Dessa forma, os itens referentes ao FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NACIONAIS e ao FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS INTERNACIONAIS não estarão disponíveis para disputa de lances, conforme subitem 1.2. e o item 10 do Anexo I ao Edital, **mas deverão compor a Proposta de Preços**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos

interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.1 e 2.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no **prazo máximo de 5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

- 2.10.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o grupo **01** que compõem o objeto deste edital serão destinados à AMPLA CONCORRÊNCIA, conforme previsão constante no Anexo I deste Edital;
- 2.11. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.11.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.11.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.11.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.11.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.11.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.11.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.11.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.11.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.11.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 2.11.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.11.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.11.12. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 2.11.13. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
- 2.11.14. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 2.11.15. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;
- 2.11.15.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.
- 2.11.16. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 2.11.17. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 2.11.18. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:
- 2.11.18.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade

responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

2.11.18.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação.

2.11.19. A vedação de que trata o item 2.11.18. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

2.11.20. A vedação estende-se às uniões homoafetivas;

2.11.21. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.11.22. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação.

2.11.23. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.17. A vedação de que trata o item 2.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.15.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de

trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos e em conformidade com o modelo de Proposta de Preços apresentada no Anexo V ao Edital:

4.1.1. **Valores de acordo com o ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;**

4.1.2. Marca e modelo;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, em conformidade à especificação do Termo de Referência;

4.1.4.1. **Caso haja divergência entre a especificação constante no sistema Comprasnet e no Termo de Referência, prevalecerá este último;**

4.2. Os itens referentes à FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NACIONAIS e FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS INTERNACIONAIS não estarão disponíveis para disputa de lances, mas **deverão compor a Proposta de Preços**, conforme modelo de Proposta de preços, ANEXO V.

4.3. Ressalva-se que o MENOR PREÇO ofertado pela empresa será utilizado para calcular a TAXAS ADMINISTRATIVAS (ITEM 6 e ITEM 7).

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato. (está diferente nos pareceres 45 e 59)

4.13. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário** do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 centavos**.
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por **tempo superior a dez**

minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pela Lei Distrital nº 4.611/2011 e pelo Decreto Distrital nº 35.592/2014.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento) acima** da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos controlados pelo sistema**, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20.2.5. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o item 5.20 e seus subitens, proceder-se-á a **sorteio** das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, conforme previsto na Instrução Normativa nº 79/2024.

5.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a execuibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Em consonância com o art. 137 e 138, do Decreto nº 44.330/2023, para fins de verificação/comprovação quanto ao atendimento das especificações contidas no Termo de Referência, o Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, requerendo a remessa de folders, catálogos, prospectos técnicos, dentre outros que julgar cabíveis à análise objetiva dos produtos ofertados pelas Licitantes.

6.13. O Pregoeiro poderá, se necessário, suspender a sessão para recorrer a setores técnicos internos e externos, bem como aos órgãos requisitantes da compra do material objeto deste Pregão, a fim de obter parecer que possibilite melhor julgamento das especificações dos produtos cotados, definindo nova data para continuidade da sessão licitatória.

6.14. Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, **ressalvadas as hipóteses destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pelo Pregoeiro.**

6.15. O não envio da proposta ajustada por meio do sistema **Compras.gov.br** (opção “Enviar Anexo”), com todos os requisitos ou o descumprimento das eventuais diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta.

6.16. Sempre que a proposta não for aceita, antes de ocorrer a convocação da Licitante subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos subitens **5.20 e seus subitens**, visto o disposto na Lei Distrital nº 4.611/2011 e no Decreto Distrital nº 35.592/2014.

6.17. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema **Compras.gov.br** poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, para a Seção de Licitações da Diretoria de Contratações e Aquisições do CBMDF (DICOA), sito ao Setor de Administração Municipal - SAM Quadra “B” Bloco “D”, CEP 70610-600, Brasília - DF (ao lado do DER/DF).

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no Sicaf acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador.

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. **Qualificação técnica**

I - Deverá apresentar, o Certificado de Organização de Manutenção – (COM), conforme RBAC 145, emitido pela ANAC, para executar manutenção preventiva, corretiva, modificação ou reparo na aeronave objeto deste certame;

II - Possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de produtos aeronáuticos, todos habilitados pela ANAC, os quais prestarão os serviços previstos neste Termo de Referência, composta de, no mínimo:

a) 01 (um) Responsável Técnico – RT – regularmente registrado pelo correspondente conselho de fiscalização de profissão e cadastrado na ANAC, com título de técnico industrial, técnico de nível superior (tecnólogo) ou engenheiro, e atribuição profissional coerente com a atividade desempenhada, conforme RBAC 145 Apêndice A-I item A145.1 e IS 145.151-001 revisão vigente parágrafo 5.1.1.

b) 01 (um) inspetor designado, com licença da ANAC e habilitação válida para cada tipo de manutenção, Célula (CEL), Grupo Motopropulsor (GMP) e Aviônicos (AVI), ou que tenha licença da ANAC e habilitação válida para os três tipos de manutenção, comprovado por consulta emitida na página da internet da ANAC e a lista de pessoal de inspeção emitido pela empresa. Este inspetor (ou grupo de inspetores) deverá possuir comprovação do vínculo contratual, conforme o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil – RBAC 43 e RBAC 145.151 (c).

c) 03 (três) Técnicos de Manutenção Aeronáutica com Certificado de Habilitação Técnica (CHT), em seu quadro permanente de pessoal, responsáveis pela execução do objeto da licitação, sendo:

- 01 (um) mecânico com licença da ANAC e habilitação válida no tipo Célula (CEL), com experiência comprovada de no mínimo 18 (dezoito) meses, conforme RBAC 145.155 (a) (2), RBAC 145.157 (b) (1), comprovação do vínculo contratual conforme RBAC 145.151 (c) e com curso de familiarização/especialização da célula da aeronave Cessna Grand Caravan 208B EX, objeto desse certame;
- 01 (um) mecânico com licença da ANAC e habilitação válida no tipo Grupo Motopropulsor (GMP), com experiência comprovada de no mínimo 18 (dezoito) meses, conforme RBAC 145.155 (a) (2), RBAC 145.157 (b) (1), comprovação do vínculo contratual conforme RBAC 145.151 (c) e com curso de familiarização/especialização do motor que equipa a aeronave Cessna Grand Caravan 208B EX, objeto desse certame; e
- 01 (um) mecânico com licença da ANAC e habilitação válida no tipo Aviônicos (AVI), com experiência comprovada de no mínimo 18 (dezoito) meses, conforme RBAC 145.155 (a) (2), RBAC 145.157 (b) (1), comprovação do vínculo contratual conforme RBAC 145.151 (c) e com curso de familiarização/especialização dos sistemas eletroeletrônicos da aeronave Cessna Grand Caravan 208B EX, objeto desse certame.
- Os requisitos supracitados poderão ser cumulados em, no mínimo, 02 (dois) mecânicos que possuam Certificado de Habilitação Técnica (CHT) nos três grupos: célula (CEL), grupo motopropulsor (GMP) e aviônicos (AVI) com curso de familiarização/especialização do motor, célula e dos sistemas eletroeletrônicos, aviônicos, da aeronave Cessna Grand Caravan 208B EX.

d) Com relação ao inciso II, a comprovação de vínculo profissional deverá se dar da seguinte forma: **1) cópia autenticada da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), para o(s) funcionário(s); 2) cópia autenticada do Contrato de Prestação de Serviços (regido pela legislação civil comum, sem vínculo trabalhista) ou de qualquer documento revestido de fé pública, para o prestador de serviços; 3) cópia autenticada do Contrato Social da Empresa, para o(s) sócio(s) ou proprietário(s); ou 4) declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, para o profissional que ainda não foi**

contratado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

III - Apresentar documento de homologação pela ANAC para manutenção da AERONAVE, devendo informar na proposta o endereço completo do local onde serão realizadas as inspeções;

IV - Apresentar Certificado de Organização de Manutenção, com a respectiva Especificação Operativa e Lista de Capacidade, de produto aeronáutico contemplando as seguintes “Categorias” e “Classes”, conforme previsto na seção 145.59 do RBAC 145 e seção 5.7.2 e 5.7.3 da IS 145-001 revisão vigente:

a) Categoria Célula, Classe 3:

(a) Categoria Célula: [...] (3) Classe 3: Aeronaves fabricadas em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado até 12500 lbf (5670 kgf) no caso de aviões ou 6018 lbf (2730 kgf) no caso de helicópteros;

b) Categoria Motor, Classe 3 (motores a turbina):

(b) Categoria Motor: [...] (3) Classe 3: motores a turbina.

V - Deverá ser apresentada comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação por meio de atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome do licitante, para o qual tenha executado ou esteja executando serviços compatíveis com a categoria da AERONAVE, ou seja, aeronaves de categoria equivalente ao do objeto da licitação, Cessna Grand Caravan 208B EX.

VI - Cópia do Certificado de Organização de Manutenção emitido pela ANAC, válido para o tipo da AERONAVE, para execução das tarefas de manutenção previstas no PLANO DE MANUTENÇÃO da Aeronave.

7.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei ;

VI - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão**. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

1. **ILG: Índice de Liquidez Geral > 1 (maior que 1)**

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} > 1$$

2. **ILC: Índice de Liquidez Corrente > 1 (maior que 1)**

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} > 1$$

3. **SG: Solvência Geral > 1 (maior que 1)**

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} > 1$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

7.2.4. **Habilitação jurídica:**

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

7.2.5. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.2.6. **Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital.

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012, conforme modelo Anexo VI.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados via chat do sistema oficial de licitação. Em situações excepcionais devidamente justificadas, os documentos deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: **impugnacoesbmdf@gmail.com**.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 7.2.4 do Edital.

7.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à

alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **até 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante mais bem classificado.

7.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.15.1.

7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.22. **DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs:**

7.22.1. As empresas qualificadas como MEs / EPPs, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

7.22.2. A existência de restrição relativamente à **regularidade fiscal e trabalhista** não impede que a Licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

7.22.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à **regularidade fiscal e trabalhista**, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

7.22.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo Licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.22.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo

das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao CBMDF convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame, ou revogar a licitação.

7.23. OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO:

7.23.1. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, **deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias**, contados da data da sessão pública deste Pregão.

7.23.2. Será inabilitado o Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.23.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto no item 5.19 e seus subitens, visto o disposto na Lei distrital nº 4.611/2011 e no Decreto distrital nº 35.592/2014.

7.23.4. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste Edital, a Licitante será declarada vencedora.

7.23.5. Havendo necessidade de envio de documentos complementares à proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas após sua convocação via chat pelo Pregoeiro.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.4.1. As manifestações fora do sistema **Compras.gov.br** serão desconsideradas.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: impugnacoescbmdf@gmail.com.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta ou o lance em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 dias corridos**, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: impugnacoesbmdf@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O adjudicatário terá o prazo de **8 (oito) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

11.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

11.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11.2.4. O prazo para assinatura do Contrato estabelecido no **item 11.2** poderá ser prorrogado uma única

vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Diretor de Contratações e Aquisições do CBMDF.

11.2.5. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo Licitante durante toda a vigência contratual.

11.3. Os termos de garantia contratual encontram-se discriminados na Minuta de Contrato (Anexo II ao Edital).

11.4. O Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Todo e qualquer pedido de alteração do Contrato oriundo desta licitação deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão Fiscalizadora do Contrato, a quem caberá análise do pedido e encaminhamento ao Diretor de Contratações e Aquisições do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal a quem caberá o deferimento ou não do pedido.

11.6. É facultado ao CBMDF, quando o Licitante Adjudicatário não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.6.1. Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, o CBMDF, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.7. A recusa injustificada do Licitante Adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo CBMDF caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas no Item 10 deste Edital.

11.8. Este Edital, seus Anexos, Termo de Referência e a Proposta apresentada pela licitante vencedora farão parte integrante do Contrato.

11.9. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências contratuais, legais e regulamentares.

11.11. São vedadas a subcontratação total ou parcial, a associação da contratada com outrem, a sub-rogação, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação.

11.12. Será designada uma Comissão Fiscalizadora de Contrato, que terá as atribuições contidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Distrital nº 44.330/2023, a quem caberá a fiscalização e acompanhamento da obra nos termos do Edital, Termo de Referência e seus anexos.

11.13. A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor total inicial atualizado do Contrato que se fizerem necessários, observado o percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento), na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

11.14. Incumbirá ao CBMDF providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF).

11.15. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

11.15.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

11.15.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

11.15.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

11.15.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

11.15.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

11.15.6. O Contrato a ser assinado, que segue como **Anexo II a este Edital**, terá **vigência de 12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura. (art. 105 lei 14133/21)

11.15.6.1. A vigência contratual poderá ser prorrogada nas hipóteses previstas no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

11.15.6.2.

11.15.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/03/2026, pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.15.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

11.15.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

12. DOS ADITAMENTOS

12.1. As alterações das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido do CBMDF, **desde que não decorrentes de erros ou omissões por parte da CONTRATADA**, serão processados por meio de termo aditivo, observados os limites previstos no item **11.13** deste Edital (art. 125 da Lei nº 14.133/2021).

12.1.1. As eventuais modificações de tratam o item **12.1** deste Edital condicionam-se à elaboração de justificativa prévia, devidamente aceita pelo Diretor de Contratações e Aquisições do CBMDF.

12.2. As alterações de valor contratual, decorrente do reajuste de preços, compensação ou penalização financeira prevista no contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor contratado, dispensam a celebração de aditamento, podendo ser processadas por meio de apostila.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. As obrigações da Contratada e da Contratante encontram-se discriminadas no Termo de Referência (Anexo I ao Edital) e na Minuta de Contrato (Anexo II ao Edital).

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Sujeitar-se-á a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização da autoridade encarregada de acompanhar a execução do objeto desta licitação, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às exigências formuladas dentro das prescrições legais.

14.2. A fiscalização da Contratante não eximirá, em hipótese alguma, a Contratada de quaisquer outras fiscalizações de órgãos oficiais, quanto às obrigações tributárias, fiscais, trabalhistas e demais que se fizerem necessárias.

14.3. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da Administração Contratante ou de seus agentes e prepostos.

14.4. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do presente Edital, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para o CBMDF.

14.5. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por Comissão Fiscalizadora do Contrato, especialmente designada pelo CBMDF, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

14.6. Não obstante a CONTRATADA seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços definidos neste edital e seus anexos, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre os serviços, por intermédio de representante especificamente designado, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, podendo:

- 14.6.1. sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
- 14.6.2. exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
- 14.6.3. determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 15.1. O serviço será recebido:
- a) **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação; e
- b) **DEFINITIVAMENTE**, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- 15.2. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento.
- 15.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.
- 15.4. Se a Licitante vencedora deixar de entregar ou prestar o serviço dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital e na legislação vigente.

16. DO PAGAMENTO

- 16.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
- a) Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/5/90;
- c) Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br.
- 16.1.1. Para as comprovações elencadas no item **16.1**, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.
- 16.1.2. Os documentos elencados no item **16.1** poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF.
- 16.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 08.977.914/0001-19**.
- 16.2.1. As Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes dos informados no item **16.2**, não serão aceitas.
- 16.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, **devidamente atestada pela Comissão Fiscalizadora de Contrato**, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 16.3.1. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, **à exceção de empresas que sejam matriz e filial** (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);
- 16.3.2. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, **à exceção de empresas matriz e filial** (item 16.3.1, *in fine*), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

16.4. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição.

16.5. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA (art. 2º do Decreto Distrital nº 37.121/2016).

16.6. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

16.7. **Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).**

16.8. Os pagamentos, pelo CBMDF, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011).

16.8.1. Excluem-se das disposições do item **16.8**:

- a) os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- b) os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- c) os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. O CBMDF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

17.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

17.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

17.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de

2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

17.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

17.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 46.174, de 22 de agosto de 2024.

17.16. As empresas vencedoras de processos licitatórios, como condição para assinatura de contrato, deverão comprovar ou assumir o compromisso de adotar mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução igual ou equivalente, de acordo com a Lei nº 6.679, de 24 de Setembro de 2020.

17.17. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

17.17.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

17.18. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

17.19. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

17.20. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.21. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cbm.df.gov.br (clicar em “**Transparência / acesso à informação / licitações e Contratos**”).

17.22. A critério do Pregoeiro, o prazo de 2 (duas) horas para o envio da proposta ajustada de preços e eventuais documentos complementares de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

17.23. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

17.24. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, **em qualquer fase da licitação**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

17.25. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema, Pregoeiro ou de sua desconexão.

17.26. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via *chat*, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail;

17.27. O CBMDF poderá, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação do Edital que possam interferir no andamento do processo ou influir na formulação da proposta, adotar uma das seguintes providências:

17.27.1. adiamento ou suspensão da licitação;

17.27.2. revogação ou anulação deste Edital, ou, ainda, sua modificação no todo ou em parte; ou

17.27.2.1. A anulação da licitação induz à do Contrato.

17.27.2.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

17.27.3. alteração das condições no processo licitatório, com a sua divulgação ou a republicação deste Edital, e, caso seja necessário, o estabelecimento de nova data para a realização da licitação.

17.28. O foro de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

17.29. As Licitantes deverão comprovar, caso cabível, o atendimento da Lei distrital nº 4.652/2011, que cria, no âmbito do DF, o Programa de Valorização Profissional junto aos apenados em regime semiaberto e aos egressos do Sistema Penitenciário.

17.30. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO V - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO VI - Declaração de Sustentabilidade Ambiental (art. 7º da Lei distrital nº 4.770/2012);

Brasília-DF, 06 de maio de 2026.

ANEXO I AO EDITAL



Governo do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
Chefia da Diretoria de Materiais e Serviços
Seção de Elaboração de Projetos Básicos e Pedidos de Compras

Termo de Referência n.º 123/2026 - CBMDF/DIMAT/SEPEC

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 29/2026

1. OBJETO

Contratação de empresa homologada pela ANAC, especializada em Serviços de reparos e manutenção de aeronaves, Serviços de manutenção e conservação de bens móveis Manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças, componentes, acessórios, fluídos, equipamentos, ferramental, consumíveis necessários e demais serviços para manutenção da aeronavegabilidade da aeronave de Resgate Grand Caravan C208 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Instrumento.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

MOTIVAÇÕES DE FATO:

O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal incorporou à sua frota a aeronave Cessna Grand Caravan C208B (Resgate 09), destinada ao cumprimento de missões estratégicas e críticas, tais como

transporte aeromédico, traslado de órgãos para transplante, apoio logístico em operações de defesa civil e combate a incêndios florestais.

Encontra-se em tramitação o Processo 00053-00091155/2025-42, referente à contratação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes aeronáuticos, cujo objeto é tecnicamente complexo, de elevado valor estimado e com prazo contratual extenso, demandando rito licitatório mais elaborado e análise por instâncias jurídicas especializadas, o que resulta em tramitação prolongada até a efetiva assinatura contratual.

Enquanto esse processo estruturante se desenvolve, não há contrato vigente que permita a execução das inspeções obrigatórias previstas no programa de manutenção da aeronave, em especial as inspeções de 400 horas, 600 horas, inspeções anuais e emissão do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), bem como o tratamento de eventuais discrepâncias técnicas associadas a essas inspeções. Ressalte-se que o CBMDF não dispõe de oficina própria homologada pela ANAC para aeronaves de asa fixa, o que impossibilita a execução direta desses serviços.

Nesse contexto, a ausência de uma solução intermediária comprometeria a manutenção da aeronavegabilidade e acarretaria risco concreto de indisponibilidade operacional da aeronave, com prejuízo direto às atividades finalísticas do CBMDF e à prestação do serviço público essencial.

Diante disso, faz-se necessária a adoção de medida transitória, célere e juridicamente adequada, por meio da contratação restrita à execução de manutenção preventiva programada, abrangendo as inspeções de 400 horas, 600 horas, inspeções anuais e CVA, com margem limitada para manutenções corretivas estritamente necessárias, assegurando a continuidade operacional da aeronave durante o período de transição até a conclusão da licitação principal.

Caso essa necessidade não seja atendida, a aeronave Cessna Grand Caravan C208B poderá ser retirada de operação por impossibilidade de cumprimento dos requisitos técnicos e regulatórios, comprometendo missões sensíveis, ampliando a dependência de apoio de terceiros e impactando negativamente a capacidade de resposta do CBMDF em situações de emergência.

MOTIVAÇÕES DE DIREITO:

Consoante determina o art. 447 da Portaria nº 24, de 25 de novembro de 2020, compete ao Comando de Aviação Operacional (COMAV), planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos referentes às demandas e atribuições do setor aeronáutico, bem como zelar pela manutenção, conservação e guarda desses bens patrimoniais.

A presente contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico 2025-30, conforme indicadores Objetivo Estratégico nº 1: “Aprimorar a gestão do atendimento das emergências e desastres com base em padrões internacionais” e *Objetivo Estratégico 5* “Garantir a infraestrutura logística de suprimentos, de bens e serviços apropriados às atividades operacionais e administrativas”.

3. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos a serem utilizados nesta compra estão previstos na 1ª versão do Plano de Aplicação de Recursos Financeiros (PARF) de 2026, aprovada pela Portaria nº 41, de 9 de dezembro de 2026 (BG Suplemento nº 232, de 10 de dezembro de 2025), para a GND 33.90.39.85 - SERVIÇOS EM ÍTENS REPARÁVEIS DE AVIAÇÃO.

A presente contratação está prevista no PCA 2026 sob ID 44658 - Serviços de Reparos e Manutenção de Aeronaves, Serviços de manutenção e conservação de bens móveis, manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças, componentes, acessórios, fluídos, equipamentos, ferramental, consumíveis necessários e demais serviços para manutenção da aeronavegabilidade da aeronave de Resgate Grand Caravan C208 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).

4. JUSTIFICATIVA DO OBJETO SER COMUM

É possível observar, diante das especificações contidas neste Instrumento que o objeto almejado possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

5. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com o inciso II do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, as compras, quando pertinente, serão processadas através de Sistema de Registro de Preços e em consonância, o art. 190 do Decreto Distrital nº 44.330/2023 exemplifica:

Art. 190. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

§ 1º O Sistema de Registro de Preços, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - existência de projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional;

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado; e

III - haja compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

A contratação pretendida tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em aeronaves, com fornecimento de peças, visando garantir a plena disponibilidade operacional da aeronave. Após análise das características do objeto, concluiu-se pela não adoção do Sistema de Registro de Preços pelos seguintes motivos:

- Os serviços de manutenção aeronáutica possuem natureza predominantemente técnica e dependem de diagnóstico específico a ser realizado em cada intervenção. As falhas, desgastes e necessidades de substituição de componentes somente podem ser identificadas após inspeção detalhada da aeronave e de seus sistemas, o que impossibilita a definição prévia e precisa das quantidades de serviços e peças que serão efetivamente demandados.

- A manutenção corretiva pode envolver diferentes sistemas da aeronave (estrutura, motor, aviônicos, sistemas hidráulicos, elétricos, entre outros), sendo que cada ocorrência possui características próprias. Essa variabilidade impede a padronização adequada dos itens a serem registrados em ata.

- O modelo operacional do SRP, com requisições sucessivas à ata, não se compatibiliza com a dinâmica da manutenção aeronáutica que exige resposta imediata, diagnóstico técnico contínuo e execução integrada.

6. TRATAMENTO PREFERENCIAL E SIMPLIFICADO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DAS ENTIDADES PREFERENCIAIS

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços contínuos de manutenção aeronáutica com fornecimento de peças. Tal objeto demanda alta especialização técnica, certificações específicas junto à autoridade de aviação civil (ANAC) e capacidade logística robusta para o fornecimento de componentes que atendam aos padrões internacionais de aeronavegabilidade.

Com fulcro no **Art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006**, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não deve ser aplicado quando:

"II - não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado;"

A aplicação das margens de preferência ou a exclusividade de lotes para ME/EPP, neste caso específico, apresenta riscos fundamentados em:

- **Capacidade Operacional:** A manutenção de aeronaves exige infraestrutura física e ferramental de alto custo, muitas vezes incompatível com o porte financeiro de empresas beneficiárias da LC 123/06.

- **Risco de Desabastecimento:** O fornecimento contínuo de peças aeronáuticas depende de linhas de crédito internacionais e relações consolidadas com fabricantes (OEM), o que pode ser inviabilizado por empresas de pequeno porte, comprometendo a disponibilidade da frota (**AOG - Aircraft on Ground**).

- **Segurança de Voo:** A fragmentação do objeto ou a contratação baseada meramente no porte empresarial, em detrimento da robustez técnica comprovada, pode elevar o risco operacional.

Considerando que a aquisição almejada **NÃO É DE NATUREZA DIVISÍVEL POR HAVER NECESSIDADE DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO CONTÍNUO DE PEÇAS E ENTREGA INTEGRAL SOB DEMANDA** e que o estabelecimento de **SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA** de entidades preferenciais (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais) **CAUSARÁ PREJUÍZO** para o conjunto do objeto deste certame; não será atendido o contido no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei Complementar nº 147/2014, deixando de ser estabelecida tratamento diferenciado às entidades preferenciais (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais) para os **itens deste processo**.

7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

Os serviços a serem contratados deverão ser executados em estrita conformidade com o Programa Recomendado de Manutenção do fabricante da aeronave Cessna Grand Caravan C208B, bem como com as normas e regulamentos da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, especialmente o RBAC nº 43 (Manutenção, Manutenção Preventiva, Reconstrução e Alteração) e o RBAC nº 145 (Organizações de Manutenção Aeronáutica).

A empresa a ser contratada deverá ser organização de manutenção devidamente homologada pela ANAC, com escopo compatível com os serviços previstos neste instrumento, utilizando ferramental, equipamentos e procedimentos técnicos adequados, assegurando a rastreabilidade, a conformidade documental e a segurança operacional da aeronave.

Considerando o caráter transitório e complementar desta contratação, vinculada ao Processo 00053-00091155/2025-42, os requisitos ora estabelecidos limitam-se exclusivamente à execução das manutenções preventivas programadas obrigatórias e às manutenções corretivas estritamente necessárias à manutenção da aeronavegabilidade, não abrangendo serviços estruturantes, contratos por assinatura, serviços especialíssimos ou fornecimentos continuados, os quais serão objeto do processo principal.

A contratação deverá abranger:

MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA:

Compreende a execução das inspeções obrigatórias previstas no Programa Recomendado de Manutenção do fabricante da aeronave Cessna Grand Caravan C208B e na regulamentação da ANAC, realizadas de forma periódica e sistemática, com a finalidade de preservar a aeronavegabilidade, a segurança operacional e a disponibilidade do meio aéreo, incluindo:

- Inspeções programadas de 400 (quatrocentas) horas de voo, contemplando as verificações, ajustes, substituições e registros técnicos exigidos pelo fabricante e pelos regulamentos aplicáveis, incluindo as manutenções de 200 (duzentas) horas de voo;
- Inspeções programadas de 600 (seiscentas) horas de voo, abrangendo os itens de manutenção previstos para esse intervalo, conforme manuais técnicos e instruções de aeronavegabilidade continuada, incluindo as manutenções de 200 (duzentas) horas de voo;
- Inspeções calendárias, destinadas à verificação geral da condição da aeronave, de seus sistemas e componentes, independentemente da quantidade de horas voadas;
- Emissão do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade – CVA, quando aplicável, nos termos do RBAC nº 91 e demais normas pertinentes, incluindo a realização das inspeções e registros necessários à comprovação da manutenção das condições de aeronavegabilidade.

MANUTENÇÃO CORRETIVA EVENTUAL:

Manutenção destinada à correção de discrepâncias técnicas identificadas durante a operação regular da aeronave Cessna Grand Caravan C208B, inclusive aquelas decorrentes da fase inicial de emprego operacional e de instrução e treinamento de tripulações, período no qual é naturalmente maior a incidência de ajustes, verificações adicionais e substituições pontuais de componentes, desde que enquadradas como manutenção corretiva de rotina prevista nos manuais do fabricante e na regulamentação da ANAC, passíveis de execução por organização de manutenção homologada, sem necessidade de projeto, modificação estrutural ou alteração de configuração da aeronave.

Integram esse escopo as ações corretivas necessárias à preservação da aeronavegabilidade e da segurança operacional, realizadas conforme os manuais do fabricante e a regulamentação da ANAC, compreendendo, de forma exemplificativa e não exaustiva:

- Substituição de pneus, rodas e componentes associados, em razão de desgaste ou danos decorrentes da operação normal da aeronave;
- Inspeções, ajustes e correções no trem de pouso, quando exigidas por eventos operacionais ou por critérios técnicos estabelecidos nos programas de manutenção;
- Verificação, inspeção e correção de sistemas e componentes afetados por ocorrências como pousos mais severos, derrapagens ou eventos operacionais similares.

A execução de quaisquer serviços de manutenção corretiva eventual ficará condicionada à prévia e expressa autorização da Administração, mediante análise técnica da Seção de Manutenção do 2º Esquadrão de Aviação Operacional – 2º ESAV, observados, em todos os casos, os limites orçamentários e o caráter transitório e complementar desta contratação.

FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS E COMPONENTES:

Fornecimento de materiais, peças e componentes necessários à execução das manutenções preventivas e corretivas previstas neste instrumento, em conformidade com os manuais do fabricante e as normas da ANAC, destinados exclusivamente à preservação da aeronavegabilidade, da segurança operacional e da continuidade da operação da aeronave.

A Contratada deverá fornecer peças, componentes e acessórios aeronáuticos indispensáveis à realização das manutenções preventivas e corretivas autorizadas, bem como aqueles necessários para manter a aeronave em condições regulares de voo e adequada operacionalização, observadas as especificações técnicas do fabricante e a regulamentação aeronáutica vigente.

Precificação e validação dos materiais, peças e componentes (Manutenção Corretiva):

A precificação dos materiais, peças e componentes aeronáuticos utilizados nas manutenções corretivas terá como referência prioritária o sítio eletrônico oficial do fabricante, desde que contenha a identificação técnica do componente, sua descrição completa e, quando aplicável, o respectivo *part number* ou *serial number*.

Sempre que houver acesso a tais instrumentos de consulta, a Contratada deverá assegurar transparência plena e acesso às informações necessárias à conferência por parte do Executor ou da Comissão Executora do contrato, inclusive por meio do compartilhamento de documentos, telas, registros eletrônicos ou outros meios idôneos que permitam a verificação do preço de referência adotado.

Na impossibilidade de utilização do sítio eletrônico oficial do fabricante, ou ainda quando tais referências não refletirem adequadamente a realidade de mercado no momento da aquisição — em razão de desatualização, indisponibilidade, restrição comercial ou peculiaridades do fornecimento —, os preços poderão ser validados por mecanismos complementares, previamente aceitos pela Administração, tais como:

- comparação com três Notas Fiscais de fornecimentos realizados a terceiros, referentes a itens idênticos ou tecnicamente equivalentes; ou
- no caso de itens de comercialização restrita ou fornecimento exclusivo, por meio de orçamentos comerciais que contenham a identificação técnica completa do item, incluindo o mesmo *part number* e/ou *serial number*, quando aplicável.

Em todos os casos, os elementos apresentados deverão permitir a verificação da compatibilidade do preço praticado com o mercado, assegurando transparência, rastreabilidade, regularidade do gasto público e aderência às normas aeronáuticas, sem prejuízo da segurança operacional e da manutenção da aeronavegabilidade da aeronave.

Substituição por “Standard Exchange” (Manutenção Corretiva):

Com o objetivo de evitar a indisponibilidade prolongada da aeronave em decorrência de manutenções corretivas que envolvam componentes com prazo elevado de revisão ou recuperação, poderá ser adotado, de forma excepcional e mediante prévia autorização da Administração, o procedimento de substituição por “*Standard Exchange*”, desde que tecnicamente recomendado e economicamente vantajoso.

Nessas hipóteses, a contratada deverá submeter ao Gestor do Contrato orçamento específico, contendo análise técnica e econômica da solução proposta. Uma vez autorizado, será permitida a instalação imediata de componente novo ou revisado, restabelecendo prontamente a aeronavegabilidade.

O componente removido passará a ser denominado “CORE”, sendo encaminhado ao fabricante ou organização designada para avaliação e recuperação, aplicando-se, conforme o caso, as regras usuais de aceitação integral, aceitação com custos adicionais (“*Additional Billing*”) ou recusa do “CORE”, sempre condicionadas à análise e aprovação expressa da Administração, mediante apresentação de laudo técnico circunstanciado.

RAIO MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO:

Considerando as características operacionais da aeronave Cessna Grand Caravan C208B, especialmente sua autonomia de voo, que em condições ideais supera 1.500 km, definiu-se como critério técnico e operacional que a Organização de Manutenção contratada esteja localizada em um **raio máximo de 1.000 (mil) km do hangar do CBMDF**, situado no **Aeroporto Internacional de Brasília**.

Esse parâmetro visa assegurar que os deslocamentos da aeronave para manutenção possam ser realizados, sempre que possível, em um único voo direto, sem necessidade de reabastecimentos intermediários, reduzindo riscos operacionais, custos logísticos, tempo de indisponibilidade e exposição da aeronave a etapas adicionais de transporte. Tal delimitação mostra-se especialmente relevante para o atendimento de ocorrências emergenciais (AOG – Aircraft on Ground), contribuindo para o retorno célere da aeronave às atividades finalísticas do CBMDF, notadamente missões de resgate, transporte aeromédico, apoio a desastres e demais operações críticas.

Além do critério geográfico, serão consideradas apenas Organizações de Manutenção homologadas pela ANAC que não apresentem restrições técnicas quanto à execução das manutenções aplicáveis ao modelo C208B, assegurando que as intervenções previstas no escopo contratual possam ser realizadas de forma integral, contínua e tecnicamente adequada, seja nas instalações da contratada, seja em local previamente autorizado, dentro do limite geográfico estabelecido.

Tal exigência busca evitar a fragmentação de serviços, deslocamentos excessivos da aeronave entre oficinas distintas e a consequente ampliação do tempo de indisponibilidade operacional, promovendo eficiência logística, segurança operacional, economicidade e facilidade de fiscalização contratual, além de maior previsibilidade na execução dos serviços. Ademais, o aumento do raio para contratação aumenta o custo para o traslado da aeronave e diminuindo a disponibilidade do avião para operações, visto que muitas manutenções programadas são baseadas em horas voadas.

SERVIÇOS (MÃO DE OBRA) POR HOMEM-HORA (H/H):

O Homem-Hora (H/H) corresponde à unidade de medida que representa uma hora efetiva de trabalho despendida por 01 (um) técnico de manutenção aeronáutica devidamente habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para a execução de serviços de manutenção corretiva eventual, conforme previstos na documentação técnica aplicável à aeronave. Tal conceito abrange intervenções na célula, nos sistemas, nos aviônicos e no grupo motopropulsor, bem como o emprego do ferramental, equipamentos e procedimentos técnicos necessários à adequada execução das tarefas, em conformidade com os manuais do fabricante e a regulamentação aeronáutica vigente.

O Homem-Hora constitui exclusivamente critério de mensuração e gestão contratual dos serviços prestados, limitado à quantificação objetiva das horas efetivamente trabalhadas. Não há qualquer vinculação

desse conceito a Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra, nem a obrigações trabalhistas de natureza continuada, tratando-se de parâmetro técnico-financeiro amplamente adotado no mercado de manutenção aeronáutica, tanto no setor público quanto no privado.

A adoção do Homem-Hora como forma de gestão do presente contrato justifica-se pela natureza dinâmica dos programas de manutenção aeronáutica, os quais são continuamente atualizados por meio de revisões técnicas, boletins de serviço, boletins mandatórios emitidos pelos fabricantes da aeronave, do motor e de seus principais componentes, bem como por Diretrizes de Aeronavegabilidade expedidas pela autoridade aeronáutica.

Atualmente, tais programas não são mais disponibilizados em formato físico ou estático, sendo acessados por meio eletrônico nos portais oficiais dos fabricantes, mediante cadastro e credenciamento de profissionais habilitados. Esse modelo de atualização contínua, indispensável à segurança operacional, pode implicar a introdução de novas tarefas, inspeções ou procedimentos ao longo da vigência contratual, nem sempre plenamente previsíveis no momento da formalização do contrato.

Nesse contexto, a utilização do Homem-Hora confere flexibilidade técnica e segurança jurídica à execução contratual, ao permitir que a Administração remunere exclusivamente as horas efetivamente empregadas nos serviços previamente autorizados, dispensando a realização de alterações contratuais sucessivas para acomodar ajustes técnicos decorrentes da evolução dos programas de manutenção.

Diante do exposto, a adoção do Homem-Hora como critério de gestão e remuneração dos serviços de manutenção aeronáutica do CBMDF mostra-se tecnicamente adequada e alinhada às melhores práticas do mercado aeronáutico, ao permitir a mensuração objetiva do esforço técnico efetivamente despendido, compatibilizando a complexidade do objeto com a necessidade de flexibilidade operacional. Tal modelo contribui para a eficiência administrativa, ao evitar estimativas rígidas incompatíveis com a dinâmica da manutenção aeronáutica, preservando, ao mesmo tempo, a continuidade operacional e a segurança de voo das aeronaves da Corporação.

Em termos práticos, essa opção contratual se materializa na remuneração da manutenção corretiva eventual e das atividades de apoio técnico correlatas com base no Homem-Hora (H/H) efetivamente empregado, sempre condicionada ao controle e à fiscalização técnica do CBMDF e à prévia autorização da Administração. Para tanto, a contratada deverá apresentar, antes da execução dos serviços, lista discriminada contendo, no mínimo:

- o diagnóstico técnico da discrepância identificada;
- a descrição dos serviços propostos;
- o quantitativo estimado de Homem-Hora necessário à execução; e
- a indicação dos materiais, peças ou componentes eventualmente requeridos.

A manutenção corretiva por Homem-Hora abrange todas as intervenções técnicas necessárias à preservação da aeronavegabilidade, decorrentes do uso normal da aeronave ou de situações típicas do emprego operacional. Incluem-se, a título meramente exemplificativo e não exaustivo, inspeções e correções no trem de pouso, substituição de pneus, rodas e componentes associados, bem como verificações, ajustes e correções resultantes de pousos mais severos, derrapagens ou ocorrências operacionais similares.

Ressalta-se que o rol acima não possui caráter taxativo, podendo ser demandados quaisquer reparos, ajustes, inspeções ou correções técnicas que venham a surgir durante a vigência do contrato, desde que previstos nos manuais do fabricante, nas Instruções de Aeronavegabilidade Continuada e na regulamentação vigente da ANAC, e que não caracterizem modificações estruturais, grandes reparos ou atividades típicas de contratos de manutenção contínua ou de longo prazo, os quais permanecem reservados ao escopo da contratação estruturante em tramitação.

Nessas hipóteses, a contratada deverá submeter ao Gestor do Contrato orçamento específico, contendo análise técnica e econômica da solução proposta. Uma vez autorizado, será permitida a instalação imediata de componente novo ou revisado, restabelecendo prontamente a aeronavegabilidade.

O componente removido passará a ser denominado “CORE”, sendo encaminhado ao fabricante ou organização designada para avaliação e recuperação, aplicando-se, conforme o caso, as regras usuais de aceitação integral, aceitação com custos adicionais (“*Additional Billing*”) ou recusa do “CORE”, sempre condicionadas à análise e aprovação expressa da Administração, mediante apresentação de laudo técnico circunstanciado.

Toda peça, componente ou acessório fornecido no âmbito do contrato será remunerado conforme os critérios estabelecidos, respeitada a taxa administrativa previamente definida, quando aplicável.

MATERIAIS/PEÇAS/COMPONENTES (MANUTENÇÃO CORRETIVA):

O presente tópico trata exclusivamente do fornecimento de materiais, peças e componentes aeronáuticos necessários à execução das manutenções corretivas eventuais de rotina, não abrangendo as inspeções preventivas programadas completas, que possuem escopo fechado e materiais próprios já contemplados.

Assim, o fornecimento de materiais, peças e componentes ora disciplinado destina-se única e exclusivamente à correção de discrepâncias técnicas identificadas durante o emprego operacional da aeronave ou durante a execução das inspeções, quando tais itens não estejam abrangidos pelos pacotes de manutenção programada previstos.

O fornecimento será realizado sob demanda, mediante necessidade técnica devidamente identificada, formalizada pela contratada e previamente autorizada pela Administração, sempre de forma vinculada à execução de manutenção corretiva remunerada por Homem-Hora (H/H).

As peças, componentes e insumos aplicados deverão ser originais, novos e de primeiro uso, em conformidade com as exigências dos manuais do fabricante, das Instruções de Aeronavegabilidade Continuada e da regulamentação vigente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Excepcionalmente, e mediante prévia autorização da Administração, poderá ser adotado o procedimento de substituição por “Standard Exchange”, quando tecnicamente recomendado e economicamente vantajoso.

Sempre que a manutenção corretiva demandar a substituição de peça, componente ou insumo (inclusive lubrificantes) não previamente previstos, a contratada deverá apresentar ao Executor ou à Comissão Executora do contrato lista discriminada contendo, no mínimo, a identificação técnica do item, a justificativa técnica da substituição e a respectiva cotação, com base no pricelist do fabricante ou em outra referência de preço aceita pela Administração, para fins de prévia autorização, que avaliará a necessidade técnica e a compatibilidade do preço com o mercado.

Todas as peças e componentes avariados ou substituídos no âmbito da manutenção corretiva deverão ser apresentados no ato da entrega da aeronave, por ocasião da vistoria de recebimento do serviço, juntamente com a documentação fiscal e aeronáutica pertinente, para conferência, rastreabilidade e registro.

Ressarcimento de custos de deslocamento de equipe:

Poderá haver ressarcimento dos custos de deslocamento da equipe técnica da Contratada nos casos de atendimento AOG (Aircraft on Ground), caracterizado por pane ou ocorrência que demande apoio emergencial de mecânicos, visando ao restabelecimento da aeronavegabilidade e à continuidade da operação.

Por critério de isonomia com os valores pagos aos mecânicos de aeronaves do CBMDF, os valores de diárias aplicáveis aos profissionais da Contratada, quando em deslocamento a serviço do CBMDF, observarão os mesmos parâmetros adotados para os militares da Corporação, nos termos do Decreto nº 4.307 (199463532), de 18 de julho de 2002, considerando o posto ou graduação de referência e a localidade do deslocamento.

Para fins de enquadramento, será atribuída a diária correspondente à prevista para Subtenentes e Sargentos, visto que, a maioria dos militares da ativa que atuam como mecânicos aeronáuticos do 2º ESAV são Subtenentes e Sargentos. Portanto, busca-se a paridade entre os valores pagos a nossos militares e os prestadores de serviços. Além disso, a Polícia Federal usou método análogo e em seu processo de contratação da manutenção da sua frota de aeronaves de mesmo modelo. Lá eles utilizaram os valores previstos para diárias previstas para servidores civis. (191688609).

Além das diárias, poderão ser ressarcidos os custos de deslocamento, compreendendo:

- despesas com combustíveis, quando utilizado transporte terrestre;
- passagens aéreas, quando o deslocamento assim o exigir.

Tais custos de deslocamento deverão ser devidamente comprovados e previamente autorizados pela Administração, observados os princípios da economicidade, razoabilidade e interesse público.

Os custos de deslocamento associados às inspeções programadas e aos serviços de menor complexidade deverão estar absorvidos na precificação da mão de obra (homem-hora). Somente os deslocamentos eventuais, imprevistos ou emergenciais, que impliquem ônus adicional relevante à Contratada, poderão ser objeto de ressarcimento específico, mediante autorização da Administração e comprovação das despesas.

8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

MANUTENÇÕES PREVENTIVAS:

As estimativas das manutenções preventivas foram elaboradas com base no Programa de Manutenção do fabricante da aeronave Cessna Grand Caravan 208B, conforme disposto nos Manuais de Manutenção, no Engine Maintenance Manual (EMM), nas Instruções de Aeronavegabilidade Continuada (ICA) e na regulamentação vigente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

As manutenções preventivas serão estruturadas como itens autônomos, correspondentes às inspeções completas previstas pelo fabricante, notadamente: inspeção de 400 horas de voo, inspeção de 600 horas de voo, inspeção anual de aeronavegabilidade e, quando aplicável, Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA).

O objeto de cada item é a inspeção integral, considerada como o conjunto completo de tarefas, verificações, ensaios, registros técnicos e liberações para retorno ao serviço, conforme o Programa de Manutenção vigente à época da execução, independentemente da forma como essas tarefas estejam agrupadas, descritas ou atualizadas pelo fabricante ao longo do tempo.

As tabelas apresentadas neste Termo de Referência descrevem, de forma técnica, estruturada e rastreável, as principais tarefas, cartões de manutenção e verificações atualmente previstas nos manuais do fabricante e refletidas no orçamento de referência utilizado na fase de planejamento. Tais tabelas têm por finalidade dar transparência ao escopo, subsidiar a estimativa de quantitativos e de esforço técnico e orientar a formação de preços, não possuindo caráter exaustivo nem limitativo.

Assim, a Contratada deverá executar todas as tarefas aplicáveis à inspeção programada contratada, ainda que alguma atividade específica não esteja individualmente listada nas tabelas deste Termo de Referência, desde que:

- esteja prevista no Programa de Manutenção do fabricante;
- decorra de atualização de revisão, boletim de serviço, boletim mandatório ou Diretriz de Aeronavegabilidade;
- seja necessária para a completa execução da inspeção e para a manutenção da aeronavegabilidade.

A eventual inclusão, supressão ou reorganização de tarefas pelo fabricante não descaracteriza o objeto contratado, nem enseja, por si só, revisão de escopo, desde que as atividades permaneçam inerentes à inspeção completa originalmente contratada.

Inspeção de 400 (quatrocentas) horas de voo

Inspeção	Periodicidade	Homem/Hora
Inspeção do motor - Minor	200 horas/voo	30
Inspeção do motor - 400 h	400 horas/voo	4
Documento 06	200 horas/voo	46
Documento 07	400 horas/voo	20
Documento 08	400 horas/voo	2,5
Boroscopia	400 horas/voo	8
Teste de vazamento de bico	400 horas/voo	42

Inspeção de 600 (seiscentas) horas de voo

Inspeção	Periodicidade	Homem/hora
Inspeção do motor - Minor	200 horas/voo	30
Documento 06	200 horas/voo	46

Inspeção anual de aeronavegabilidade

Inspeção	Periodicidade	Homem/hora
Documento 01	12 meses	30
Documento 20	12 meses	2
Documento 09	800 horas/voo ou 12 meses (o que ocorrer primeiro)	12

Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade - CVA

O **Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA)** é o documento formal, de caráter obrigatório e periódico, que atesta que uma aeronave brasileira está em conformidade com os requisitos de aeronavegabilidade vigentes e em condições seguras de operação.

No âmbito desta contratação, o CVA representa o ápice do processo de manutenção preventiva, a empresa homologada realiza uma auditoria técnica nos registros e na condição física da aeronave para validar sua continuidade operacional. A obtenção do CVA é condição *sine qua non* para a legalidade do voo e para a preservação do patrimônio público do CBMDF.

MANUTENÇÕES CORRETIVAS:

A manutenção corretiva possui natureza eminentemente imprevisível, sendo demandada em decorrência de falhas, desgastes, ajustes não programados, panes ou discrepâncias técnicas identificadas ao longo da operação da aeronave, não sendo possível a fixação prévia de quantitativos rígidos ou a exaustão dos componentes passíveis de intervenção.

No contexto específico do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a introdução em serviço da aeronave Cessna Grand Caravan 208B ocorre em um cenário caracterizado pela fase inicial de treinamento e adaptação operacional de pilotos e mecânicos, pelo aumento progressivo da intensidade e diversidade do emprego operacional — incluindo missões de transporte aeromédico, apoio logístico, resposta a desastres e operações interagências — e pelo natural processo de amadurecimento da aeronave no ambiente local de operação. Esses fatores, combinados, tendem a elevar, de forma estatisticamente previsível, a incidência de manutenções corretivas de baixa e média complexidade, especialmente nos sistemas sujeitos a maior esforço mecânico e desgaste operacional, como trem de pouso, rodas e freios, fixações estruturais, itens de consumo, componentes periféricos e sistemas auxiliares.

Diante dessa realidade, a estimativa apresentada neste Termo de Referência não estabelece quantitativos obrigatórios de fornecimento, tampouco pretende esgotar o universo de peças, componentes ou serviços que poderão ser demandados ao longo da vigência do contrato. Trata-se, exclusivamente, de uma referência técnica e econômica destinada a subsidiar a adequada definição do escopo da contratação, a construção da estimativa orçamentária e a análise de vantajosidade da contratação, em consonância com os princípios da razoabilidade, eficiência e economicidade.

A referida estimativa foi elaborada a partir de cotação real de mercado, baseada em orçamento formal de peças aeronáuticas aplicáveis ao modelo Cessna Grand Caravan 208B, emitido por fornecedor autorizado da Textron Aviation, contemplando componentes tipicamente associados a manutenções corretivas iniciais e recorrentes em aeronaves em fase de entrada em operação. Os valores considerados refletem preços unitários com desconto comercial, referentes a peças novas, originais ou tecnicamente equivalentes e homologadas, não incluindo custos de frete, tributos, seguros ou demais encargos logísticos, os quais poderão variar conforme a efetiva execução contratual.

Essa abordagem assegura maior aderência à realidade do mercado aeronáutico, preserva a flexibilidade necessária à gestão da manutenção corretiva e confere suporte técnico consistente à estruturação da contratação, sem engessar a atuação da Administração nem comprometer a continuidade operacional da aeronave.

Trem de pouso, rodas e freios — itens de reposição (estimativo)

Peça	Part Number	Descrição	Sistema	Qtd.	Valor Unit. (USD)	Valor Total (USD)
1	067-06300	SPACER	Trem de pouso / rodas e freios	1	844,17	844,17
2	LM29710-20629	CUP	Trem de pouso / rodas e freios	1	220	220
3	067-06700	SPACER	Trem de pouso / rodas e freios	1	327,01	327,01
4	094-10400	NUT	Trem de pouso / rodas e freios	9	11,55	103,95
5	095-10500	WASHER	Trem de pouso / rodas e freios	10	8,46	84,6
6	103-22300	BOLT	Trem de pouso / rodas e freios	5	32,76	163,8
7	154-03000	GREASE SEAL	Trem de pouso / rodas e freios	5	93,30	466,5
8	155-00100	RING SNAP	Trem de pouso / rodas e freios	2	23,52	47,04
9	161-12800	WHEEL HALF	Trem de pouso / rodas e freios	1	2.811,72	2.811,72
10	162-11800	WHEEL HALF	Trem de pouso / rodas e freios	1	2.957,06	2.957,06
11	214-01400	CONE BEARING	Trem de pouso / rodas e freios	2	233,57	467,14
12	MS21025-24	NUT	Trem de pouso / rodas e freios	2	30,44	60,88
13	153-00101	WASHER	Trem de pouso / rodas e freios	2	57,58	115,16
14	MS24665-351	PIN COTTER	Trem de pouso / rodas e freios	100	0,06	6
15	155-00100	RING SNAP	Trem de pouso / rodas e freios	2	23,52	47,04
16	154-03000	GREASE SEAL	Trem de pouso / rodas e freios	5	93,3	466,5
17	214-00200	CONE	Trem de pouso / rodas e freios	2	255,96	511,92
18	095-10500	WASHER	Trem de pouso / rodas e freios	10	8,46	84,6
19	103-20400	BOLT	Trem de pouso / rodas e freios	6	25,62	153,72
20	13836-20629	CUP BEARING	Trem de pouso / rodas e freios	2	106	212
21	162-10700	WHEEL HALF-OUTER	Trem de pouso / rodas e freios	1	2.942,40	2.942,40
22	161-11700	WHEEL HALF-INNER	Trem de pouso / rodas e freios	1	2.809,49	2.809,49
23	228K61-1	TIRE 22 X 8.0-8	Trem de pouso / rodas e freios	2	725	1.450,00
24	302-247-400	TUBE G19.5 X 6.75-8	Trem de pouso / rodas e freios	1	276,04	276,04
25	MS24665-285	PIN COTTER	Trem de pouso / rodas e freios	100	0,09	9
26	MS17825-6	NUT	Trem de pouso / rodas e freios	10	4,21	42,1
27	NAS1149F0663P	WASHER	Trem de pouso / rodas e freios	100	0,08	8
28	400454	OIL SEAL	Trem de pouso / rodas e freios	1	68,51	68,51
34	066-15300	LINING, SINTERED	Trem de pouso / rodas e freios	10	32,65	326,5

37	850C86-2	TIRE 8.50-10 8PLY	Trem de pouso / rodas e freios	1	924	924
38	302-120-402	TUBE 7.50/8.50-10	Trem de pouso / rodas e freios	1	387,28	387,28

Subtotal — Trem de pouso, rodas e freios: USD 19.394,13

8.0.1. Aviônicos / comunicação — Itens de reposição (estimativo)

Peça	Part Number	Descrição	Sistema	Qtd.	Valor Unit. (USD)	Valor Total (USD)
29	S1102-3	MIC JACK	Aviônicos / comunicação	10	15,98	159,8
30	S1102-1X	JACK MIC	Aviônicos / comunicação	10	19,5	195
33	C592001-0206	WICK	Aviônicos / comunicação	22	58,24	1.281,28

Subtotal — Aviônicos / comunicação: USD 1.636,08

8.0.2. Cabine / elétrica — Itens de reposição (estimativo)

Peça	Part Number	Descrição	Sistema	Qtd. estimada	Valor unit. (USD)	Valor total (USD)
31	106300-12	AC OUTLET ASSEMBLY	Cabine / elétrica	4	3.337,79	13.351,16
32	S2870-1	SWITCH	Cabine / elétrica	1	21,93	21,93

Subtotal — Cabine / elétrica: USD 13.373,09

8.0.3. Fuselagem / cabine — Itens de reposição (estimativo)

Peça	Part Number	Descrição	Sistema	Qtd. estimada	Valor unit. (USD)	Valor total (USD)
35	2613088-5	WINDSHIELD L.H.	Fuselagem / cabine	1	4.318,79	4.318,79
36	2613088-2	WINDSHIELD R.H.	Fuselagem / cabine	1	4.318,79	4.318,79

Subtotal — Fuselagem / cabine: USD 8.637,58

A soma total dos itens listados é de US\$ 43.040,88. Na cotação atual do dólar americano (R\$ 5,17) equivale a R\$ 222.521,35 (duzentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos).

As Taxa administrativa (%) sobre peças de origem nacional e Taxa administrativa (%) sobre peças de origem importada serão definidas segundo propostas orçamentárias obtidas e valores encontrados em outros processos públicos.

O valor total estimado da taxa administrativa será calculado conforme os percentuais propostos pela licitante, incidindo sobre os respectivos valores de referência. Esse critério tem finalidade exclusiva de julgamento das propostas, não vinculando a Administração quanto ao volume efetivo de fornecimento de cada tipo de peça durante a execução contratual.

RESSARCIMENTO COM CUSTOS DE DESLOCAMENTO DE EQUIPE

A quantidade de deslocamentos prevista cumpre apenas reservar valor para esse tipo de despesa, de modo que os 6 atendimentos compreendem praticamente um atendimento em AOG por mês.

As quantidades de diárias foram consideradas levando em consideração uma estadia de cinco dias para serviço e dois mecânicos, de modo que cada taxa de deslocamento resulta em 10 diárias. Da mesma forma que a taxa de deslocamento, esses valores só serão pagos em caso de acionamento e nas quantidades efetivamente necessárias para o serviço.

Portanto, no total se contabiliza 6 deslocamentos de ida e 6 de volta para cada mecânico, intercalando 24 deslocamentos. De forma análoga, estima-se 5 diárias para cada deslocamento por mecânico, contabilizando 10 diárias por deslocamento. Como a estimativa é de 6 deslocamentos anuais tem-se um total de 60 diárias. Considerando um valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por deslocamento e R\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco) por diária, tem-se um valor total de R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais) para deslocamentos e R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) para diárias

9. JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO E DA INDIVISIBILIDADE

Os serviços de manutenção e o fornecimento de peças são atividades diretamente interdependentes, uma vez que a substituição de componentes decorre da avaliação técnica realizada durante a execução dos serviços. Nesse contexto, a contratação integrada em um único instrumento contratual mostra-se mais adequada para garantir eficiência, rastreabilidade técnica e responsabilidade pela execução

10. PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS E QUANTITATIVOS (MODELO A SER SEGUIDO PELAS LICITANTES PARA ELABORAÇÃO DE SUAS PROPOSTAS)

Em cumprimento à Seção VII do Capítulo IV do Decreto Distrital nº 44.330/2023, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o preço máximo estimado é de **R\$ 521.267,23 (quinhentos e vinte e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos)**, de acordo com a pesquisa de preços, detalhada na planilha de custos abaixo:

PLANILHA DOS ITENS A SEREM DISPUTADOS NA LICITAÇÃO

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ACEITÁVEIS	CATMAT / CATSER	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	INPEÇÃO DE 400 (QUATROCENTAS) HORAS DE VOO (SERVIÇOS 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17)	16098	unidade	1	R\$ 67.900,76	R\$ 67.900,76
	2	INSPEÇÃO DE 600 (SEISCENTAS) HORAS DE VOO (SERVIÇOS 3, 4, 11 e 12)	16098	unidade	1	R\$ 36.524,49	R\$ 36.524,49
	3	INSPEÇÃO ANUAL DE AERONAVEGABILIDADE (SERVIÇOS 1, 2, 8, 9 e 10)	16098	unidade	1	R\$ 15.037,30	R\$ 15.037,30
	4	CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE (CVA)	16098	unidade	1	R\$ 7.200,00	R\$ 7.200,00
	5	MANUTENÇÕES CORRETIVAS	16098	homem/hora	140	R\$ 290,00	R\$ 40.600,00
	6	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NACIONAIS ¹	-	unidade	1	-	R\$ 16.689,10
	7	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS INTERNACIONAIS ¹	-	unidade	1	-	R\$ 70.094,22
	8	TAXA DE DESLOCAMENTO	-	por evento	24	R\$ 800,00	R\$ 19.200,00
	9	DIÁRIAS	-	por evento	60	R\$ 425,00	R\$ 25.500,00

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 298.745,88
-----------------------------	---------------------------------

- ¹ Para o itens de origem nacional foi aplicada a taxa de administração de 30% x R\$ 55.630,34 (cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta reais e trinta e quatro centavos) e para os itens de origem internacional foi aplicada a taxa de 42% x R\$ 166.891,01 (cento e sessenta e seis mil oitocentos e noventa e um reais e um centavo).

PLANILHA FORNECIMENTO DE PEÇAS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NACIONAIS	10572*	unidade	1	R\$ 55.630,34**	R\$ 55.630,34
-	FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS INTERNACIONAIS	10572*	unidade	1	R\$ 166.891,01***	R\$ 166.891,01
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 222.521,35

*Como o código utilizado do catálogo de materiais (CATMAT) para os itens não foi encontrado, optou-se por utilizar um código aproximado.

** O cálculo desse item foi feito: 25% x R\$ 222.521,35 (duzentos e vinte e dois mil quinhentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos).

*** O cálculo desse item foi feito: 75% x R\$ 222.521,35 (duzentos e vinte e dois mil quinhentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos).

É importante ressaltar que, embora a Planilha Financeira (SEI nº 199462253) estime o custo total máximo aceitável em R\$ 521.267,23 (quinhentos e vinte e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e vinte e três centavos), o valor a ser disputado no pregão não incluirá o custo das peças, visto que o valor das peças terá como referência prioritária o sítio eletrônico oficial do fabricante, não sendo um item em que a empresa obteria lucro. A utilização das peças será eventual e sob demanda, de modo que, **para fins de balizamento da proposta de preços pelos fornecedores, o valor contido na Planilha dos itens a serem disputados na licitação R\$ 298.745,88 (duzentos e noventa e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), deverá ser utilizado como referência.**

Considerando a necessidade de previsão contratual desse serviço (Fornecimento de Peças), mas sua difícil mensuração, será reservado o montante de R\$ 55.630,34 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais e trinta e quatro centavos) para fornecimento de peças, componentes e acessórios nacionais e o valor de R\$ 166.891,01 (cento e sessenta e seis mil, oitocentos e noventa e um reais e um centavo) para fornecimento de peças, componentes e acessórios internacionais, totalizando R\$ 222.521,35 (duzentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos) ao longo dos 12 (doze) meses de contrato. Caso haja a utilização desse serviço, os custos serão aferidos no faturamento e pagos desde que estejam de acordo com os padrões aceitáveis de mercado.

PLANILHA PARA ESTIMATIVA DE PREÇO MÁXIMO DO CONTRATO:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ACEITÁVEIS	CATMAT / CATSER	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	INPEÇÃO DE 400 (QUATROCENTAS) HORAS DE VOO (SERVIÇOS 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17)	16098	unidade	1	R\$ 67.900,76	R\$ 67.900,76

1	2	INSPEÇÃO DE 600 (SEISCENTAS) HORAS DE VOO (SERVIÇOS 3, 4, 11 e 12)	16098	unidade	1	R\$ 36.524,49	R\$ 36.524,49
	3	INSPEÇÃO ANUAL DE AERONAVEGABILIDADE (SERVIÇOS 1, 2, 8, 9 e 10)	16098	unidade	1	R\$ 15.037,30	R\$ 15.037,30
	4	CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE (CVA)	16098	unidade	1	R\$ 7.200,00	R\$ 7.200,00
	5	MANUTENÇÕES CORRETIVAS	16098	homem/hora	140	R\$ 290,00	R\$ 40.600,00
	6	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NACIONAIS	-	unidade	1	-	R\$ 16.689,10
	7	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS INTERNACIONAIS	-	unidade	1	-	R\$ 70.094,22
	8	TAXA DE DESLOCAMENTO	-	por evento	24	R\$ 800,00	R\$ 19.200,00
	9	DIÁRIAS	-	por evento	60	R\$ 425,00	R\$ 25.500,00
-	-	FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NACIONAIS	10572	unidade	1	R\$ 55.630,34	R\$ 55.630,34
-	-	FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS INTERNACIONAIS	10572	unidade	1	R\$ 166.891,01	R\$ 166.891,01
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ 521.267,23

11. FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO (MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO)

Determinados procedimentos, condições contratuais e exigências técnicas são comuns à execução das manutenções preventivas programadas e das manutenções corretivas eventuais, por refletirem boas práticas de segurança operacional, controle administrativo, rastreabilidade técnica e economicidade do gasto público. Assim, **independentemente da natureza da intervenção**, aplicam-se as diretrizes gerais a seguir, observadas as especificidades de cada tipo de manutenção detalhadas nos itens subsequentes.

Diretrizes Gerais de Execução:

Local de Execução dos Serviços

As manutenções deverão ser realizadas preferencialmente no hangar do CBMDF, sempre que tecnicamente viável e compatível com a natureza do serviço a ser executado.

Poderão ser realizadas em instalações da contratada ou em outro local previamente autorizado pela Administração quando houver impedimento técnico, logístico ou operacional para sua execução nas dependências da Corporação.

Fiscalização Técnica

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Executor ou pela Comissão Executora do contrato, podendo contar com o apoio de fiscalização de um mecânico do CBMDF, sempre que a natureza do serviço, o local de execução e a disponibilidade operacional permitirem.

A fiscalização técnica terá por finalidade verificar a conformidade dos serviços com os manuais do fabricante, as Instruções de Aeronavegabilidade Continuada, a regulamentação da ANAC e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Os custos de deslocamento, estadia e alimentação de servidores do CBMDF eventualmente designados para acompanhar os serviços serão de responsabilidade da Administração.

Acesso à Documentação Técnica

A contratada deverá assegurar à Administração acesso adequado, atualizado e tempestivo às informações técnicas necessárias à correta execução, fiscalização e acompanhamento dos serviços, incluindo manuais da aeronave, do motor e de componentes, nos termos permitidos pelos fabricantes e pela legislação aplicável.

Esse acesso poderá ocorrer por meio de consulta supervisionada, compartilhamento controlado de informações, disponibilização de extratos técnicos ou outros meios idôneos, não se exigindo a transferência de licenças comerciais ou direitos que não possam ser legalmente cedidos.

Deslocamento de Equipes Técnicas, Taxas e Diárias

Nas manutenções preventivas programadas executadas no hangar do CBMDF, os custos de deslocamento, alimentação e hospedagem da equipe técnica da contratada deverão estar integralmente incorporados aos preços dos itens da proposta, não sendo devido qualquer ressarcimento adicional a esse título.

Nas manutenções corretivas eventuais, inclusive em situações de AOG (Aircraft on Ground), caracterizadas por pane ou ocorrência que demande apoio emergencial para o restabelecimento da aeronavegabilidade, poderá haver ressarcimento dos custos de deslocamento da equipe técnica da contratada, desde que previamente autorizado pela Administração.

Nessas hipóteses, serão ressarcidos, mediante comprovação e autorização prévia da Administração, os custos logísticos do envio da equipe técnica, compreendendo despesas com combustível, quando utilizado transporte terrestre, ou passagens aéreas, quando o deslocamento assim o exigir.

Quando houver necessidade de permanência da equipe técnica fora de sua base de origem, serão devidas diárias à equipe de manutenção. Os valores das diárias aplicáveis aos profissionais da contratada observarão os mesmos parâmetros adotados para os militares do CBMDF, nos termos do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, considerando-se, para fins de enquadramento, a diária correspondente à prevista para Subtenentes e Sargentos quando se tratar de inspetores ou responsáveis pela coordenação técnica da manutenção, e a diária correspondente à prevista para as demais Praças quando se tratar de mecânicos de manutenção aeronáutica.

Prestação de serviço

O serviço deverá ser iniciado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que o executor do contrato formalizar a requisição à empresa contratada, podendo este prazo ser aumentado havendo justificativa por parte da empresa. A CONTRATADA não poderá atrasar a realização das inspeções programadas, alegando falta de peça ou material, visto que são itens de consumo certo e previsíveis.

O prazo de execução do serviço será de acordo com o previsto pela fabricante, se aplicável. Em caso de manutenções corretivas que necessite de peças não programadas, o prazo será de 25 dias.

O serviço deverá ser executado no(s) seguinte(s) local(is): em caráter ordinário, na sede da CONTRATADA ou oficina homologada da CONTRATADA. Inspeções e manutenções que possam ser realizadas apenas com ferramental e equipamentos simples devem ser feitas na sede da Contratante.

RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	
PROVISÓRIO	No ato da entrega da aeronave.

CORREÇÃO DE VÍCIOS DA ENTREGA PROVISÓRIA	Prazo de sete dias úteis para a contratada realizar correções de eventuais vícios encontrados nos objetos e/ou substituições dos objetos que não atendem às especificações estabelecidas neste Instrumento. Ocorrendo vícios na entrega dos serviços, o que inclui problemas diversos em eventuais peças fornecidas, a contratada será comunicada e deverá providenciar os reparos ou soluções necessárias em até 7 (sete) dias úteis.
DEFINITIVO	Prazo de quinze dias corridos para a contratante verificar as especificações estabelecidas neste Instrumento.
RESPONSABILIDADE	O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança pela entrega do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
ESTADO DO OBJETO	Todos os objetos deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente embalados e protegidos, acompanhados das respectivas notas fiscais, do termo de garantia, manuais de instrução de uso e conservação, armazenamento e acondicionamento, em língua portuguesa.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

A empresa necessitará estar de acordo com a regulamentação da ANAC para a realização destes serviços e, além disso, apresentar características mínimas necessárias para realizá-los em tempo hábil, de forma a interromper o mínimo possível a operação da aeronave. Para comprovar esta adequação normativa e a capacidade de realização dos serviços, a deverá comprovar o cumprimento dos seguintes requisitos e manter essas condições durante toda execução do contrato:

A CONTRATADA deverá apresentar, na fase de habilitação juntamente com os demais documentos de habilitação, o Certificado de Organização de Manutenção – (COM), conforme RBAC 145, emitido pela ANAC, para executar manutenção preventiva, corretiva, modificação ou reparo na aeronave objeto deste certame;

Possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de produtos aeronáuticos, todos habilitados pela ANAC, os quais prestarão os serviços previstos neste Termo de Referência, composta de, no mínimo:

01 (um) Responsável Técnico – RT – regularmente registrado pelo correspondente conselho de fiscalização de profissão e cadastrado na ANAC, com título de técnico industrial, técnico de nível superior (tecnólogo) ou engenheiro, e atribuição profissional coerente com a atividade desempenhada, conforme RBAC 145 Apêndice A-I item A145.1 e IS 145.151-001 revisão vigente parágrafo 5.1.1.

01 (um) inspetor designado, com licença da ANAC e habilitação válida para cada tipo de manutenção, Célula (CEL), Grupo Motopropulsor (GMP) e Aviônicos (AVI), ou que tenha licença da ANAC e habilitação válida para os três tipos de manutenção, comprovado por consulta emitida na página da internet da ANAC e a lista de pessoal de inspeção emitido pela empresa. Este inspetor (ou grupo de inspetores) deverá possuir comprovação do vínculo contratual, conforme o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil – RBAC 43 e RBAC 145.151 (c).

03 (três) Técnicos de Manutenção Aeronáutica com Certificado de Habilitação Técnica (CHT), em seu quadro permanente de pessoal, responsáveis pela execução do objeto da licitação, sendo:

01 (um) mecânico com licença da ANAC e habilitação válida no tipo Célula (CEL), com experiência comprovada de no mínimo 18 (dezoito) meses, conforme RBAC 145.155 (a) (2), RBAC 145.157 (b) (1), comprovação do vínculo contratual conforme RBAC 145.151 (c) e com curso de familiarização/especialização da célula da aeronave *Cessna Grand Caravan 208B EX*, objeto desse certame;

01 (um) mecânico com licença da ANAC e habilitação válida no tipo Grupo Motopropulsor (GMP), com experiência comprovada de no mínimo 18 (dezoito) meses, conforme RBAC 145.155 (a) (2), RBAC 145.157 (b) (1), comprovação do vínculo contratual conforme RBAC 145.151 (c) e com curso de familiarização/especialização do motor que equipa a aeronave *Cessna Grand Caravan 208B EX*, objeto desse certame; e

01 (um) mecânico com licença da ANAC e habilitação válida no tipo Aviônicos (AVI), com experiência comprovada de no mínimo 18 (dezoito) meses, conforme RBAC 145.155 (a) (2), RBAC 145.157 (b) (1), comprovação do vínculo contratual conforme RBAC 145.151 (c) e com curso de familiarização/especialização dos sistemas eletroeletrônicos da aeronave *Cessna Grand Caravan 208B EX*,

objeto desse certame.

Os requisitos supracitados poderão ser cumulados em, no mínimo, 02 (dois) mecânicos que possuam Certificado de Habilitação Técnica (CHT) nos três grupos: célula (CEL), grupo motopropulsor (GMP) e aviônicos (AVI) com curso de familiarização/especialização do motor, célula e dos sistemas eletroeletrônicos, aviônicos, da aeronave *Cessna Grand Caravan 208B EX*.

Apresentar documento de homologação pela ANAC para manutenção da AERONAVE, devendo informar na proposta o endereço completo do local onde serão realizadas as inspeções;

Apresentar Certificado de Organização de Manutenção, com a respectiva Especificação Operativa e Lista de Capacidade, de produto aeronáutico contemplando as seguintes “Categorias” e “Classes”, conforme previsto na seção 145.59 do RBAC 145 e seção 5.7.2 e 5.7.3 da IS 145-001 revisão vigente:

Categoria Célula, Classe 3:

(a) Categoria Célula:

[...]

(3) Classe 3: Aeronaves fabricadas em estrutura metálica, com peso máximo de decolagem aprovado até 12500 lbf (5670 kgf) no caso de aviões ou 6018 lbf (2730 kgf) no caso de helicópteros;

A certificação na categoria Célula Classe 3 mostra-se necessária, considerando que a aeronave objeto da licitação possui peso máximo de decolagem aproximado de 3.969 kg.

Categoria Motor, Classe 3 (motores a turbina):

(b) Categoria Motor:

[...]

(3) Classe 3: motores a turbina.

A certificação na categoria Motor Classe 3 mostra-se necessária, considerando que a aeronave objeto da licitação está equipada com um motor turboélice fabricado pela *Pratt & Whitney*.

É de conhecimento desse setor demandante que uma Organização de Manutenção (OM) homologada na Categoria Célula – Classe 3 pode executar manutenções preventivas em motores, desde que a tarefa possa ser executada no artigo enquanto instalado na aeronave, conforme previsto no subitem 5.7.2.1 da IS 145-001 revisão vigente:

5.7 Prerrogativas do detentor de um Certificado

[...]

5.7.2 Categoria Célula

5.7.2.1 Cada OM certificada na Categoria Célula possui a prerrogativa de executar as tarefas previstas no Programa de Manutenção recomendado pelo detentor do projeto de tipo da aeronave, ou outro aprovado pela ANAC, listadas em suas Especificações Operativas e dentro das limitações previstas nestas, podendo incluir manutenção preventiva, inspeções, revisão geral da célula, manutenção em rotores (principal e de cauda) e ações corretivas como reparos, alterações, conforme aplicável. Adicionalmente, pode incluir tarefas do grupo motopropulsor (motor e/ou hélice, conforme aplicável) e/ou de componente, desde que a tarefa possa ser executada no artigo enquanto instalado na aeronave. Em todo caso, a tarefa deve ser executada conforme as Instruções de Aeronavegabilidade Continuada aplicáveis e a aprovação para retorno ao serviço é emitida para a aeronave, e não para o artigo específico.

Contudo, determinados procedimentos demandam certificações específicas. É o caso do HSI (*Hot Section Inspection*) – Inspeção da Seção Quente – nos motores PT6A — modelo fabricado pela *Pratt & Whitney*, que equipa a aeronave objeto da licitação e a grande maioria dos aviões turboélices em operação no mundo. Trata-se de procedimento periódico previsto no manual de manutenção do fabricante. Por demandar a remoção de seções do motor para sua execução, essa inspeção só pode ser realizada por uma Organização de Manutenção (OM) certificada na categoria Motor – Classe 3.

Assim, visando otimizar o fluxo de manutenção, reduzir a burocracia na execução contratual e facilitar o trabalho da comissão fiscalizadora este setor demandante definiu como requisito para participação na licitação que a Organização de Manutenção (OM) seja certificada também na categoria Motor – Classe 3, garantindo a capacidade técnica para realizar integralmente as intervenções exigidas, como exemplificado acima.

Adicionalmente, busca-se assegurar que a maior quantidade possível de serviços previstos no EMM (*Engine Maintenance Manual*) – Manual de Manutenção do Motor – possa ser realizada em campo, pela OM, dentro dos limites operacionais e estruturais permitidos pela legislação vigente da ANAC bem como pelas exigências do fabricante, ampliando a eficiência logística, reduzindo o tempo de indisponibilidade da aeronave e

assegurando a continuidade dos serviços aéreos de forma segura e eficaz, visando sempre oferecer o melhor serviço à sociedade.

Deverá ser apresentada comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação por meio de atestados ou certidões de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome do licitante, para o qual tenha executado ou esteja executando serviços compatíveis com a categoria da AERONAVE, ou seja, aeronaves de categoria equivalente ao do objeto da licitação, *Cessna Grand Caravan 208B EX*.

Cópia do Certificado de Organização de Manutenção emitido pela ANAC, válido para o tipo da AERONAVE, para execução das tarefas de manutenção previstas no PLANO DE MANUTENÇÃO da Aeronave.

13. DA GARANTIA

O prazo mínimo de garantia para o serviço será de 3 (três) meses a contar do recebimento definitivo da tarefa (atesto da Nota Fiscal).

Durante o período de garantia, ocorrendo vícios em serviços prestados, a contratada será comunicada e deverá solucionar o problema em até 7 (sete) dias úteis, a contar do comunicado, sendo que este prazo pode ser ampliado pela Administração, se devidamente justificado.

A garantia do serviço reparado por força da garantia, será de 3 (três) meses a contar da data de sua entrega.

Independentemente de ser ou não a executante do serviço, caberá à contratada efetuar ou providenciar as correções necessárias nos serviços que apresentarem problemas durante o prazo de garantia, sem qualquer ônus para o CBMDF, desde que estes não sejam provenientes de ações inadequadas por parte de militares da Corporação.

O prazo mínimo de garantia para peças fornecidas junto com o serviço será de 1 (um) ano a contar do recebimento definitivo da tarefa (atesto da Nota Fiscal). Em caso de haver previsão explícita da fabricante, a garantia de peças e acessórios aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA se darão de acordo com as condições impostas pelo fabricante ou fornecedor do item.

Durante o período de garantia, ocorrendo vícios em produtos fornecidos juntamente com o serviço, a contratada será comunicada e deverá solucionar o problema em até 7 (sete) dias úteis, a contar do comunicado, sendo que este prazo pode ser ampliado pela Administração, se devidamente justificado.

A garantia do objeto reparado ou substituído por força da garantia, será de 1 (um) ano, a contar da data de sua entrega.

Independentemente de ser ou não a fabricante do produto, caberá à contratada efetuar ou providenciar as correções ou substituições necessárias nos objetos que apresentarem defeitos durante o prazo de garantia, sem qualquer ônus para o CBMDF, desde que estes não sejam provenientes de ações inadequadas por parte de militares da Corporação.

14. DO CONTRATO

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura (ou do instrumento equivalente), persistindo as obrigações decorrentes da garantia.

O convocado poderá, a critério da Administração, assinar o Contrato diretamente no processo eletrônico (assinatura eletrônica), cabendo à Administração, mediante prévio cadastro, liberar usuário externo no SEI para a assinatura.

O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada da Licitante vencedora e aceita pelo Diretor de Contratações e Aquisições do CBMDF.

Na assinatura do Contrato, serão exigidas comprovações das condições de habilitação consignadas no Edital, que devem ser mantidas pela Licitante durante toda a vigência contratual.

A vigência contratual poderá ser prorrogada, em conformidade com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um executor ou comissão executora do contrato, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, bem como, exigir e fiscalizar o atendimento às especificações previstas para o objeto da licitação e de tudo dará ciência à Administração, permitida a contratação de terceiros para assistir e subsidiar as decisões com informações pertinentes a essa atribuição.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Distrital 44.330/2023.

O executor do contrato ou a comissão executora do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis sobre eventuais ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado.

O recebimento definitivo do objeto ficará a cargo do executor do contrato ou da comissão executora do contrato.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Instrumento e no Edital, sob pena de rescisão do contrato e da execução de garantia para o ressarcimento ao erário, além das penalidades já previstas em lei.

Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciárias, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias à execução do objeto.

Comunicar à Contratante quaisquer irregularidades ocorridas ou observadas durante a execução do objeto.

A Contratada deverá aplicar critérios de sustentabilidade ambiental conforme determina a Lei Distrital nº 4.770/2012, devendo para tal apresentar declaração própria ou de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências de práticas de sustentabilidade ambiental, conforme art. 7º, Parágrafo único, da Lei Distrital nº 4.770/2012.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Nomear o Executor ou Comissão Executora do Contrato, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021 por meio da Diretoria de Contratações e Aquisições (DICOA), para fiscalizar e acompanhar a execução do contrato.

Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à entrega do objeto da licitação.

Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no objeto da contratação.

18. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constitui mecanismo de acompanhamento, controle e avaliação da qualidade dos serviços executados no âmbito deste processo de contratação, com a finalidade de estabelecer critérios objetivos para aferição do desempenho da Contratada, possibilitando à

Administração promover ajustes financeiros proporcionais em caso de não conformidade na execução do objeto.

O IMR será aplicado durante toda a vigência do contrato e daqueles dela decorrentes, incidindo sobre os serviços efetivamente executados no período de avaliação, vinculados às respectivas ordens de serviço, requisições formais ou acionamentos realizados pela Administração.

A utilização do IMR não substitui nem impede a aplicação de outros mecanismos de fiscalização, controle, sanção administrativa ou responsabilização previstos na legislação vigente, no edital, no termo de referência ou no contrato, tratando-se de instrumento complementar voltado exclusivamente à mensuração da qualidade da execução contratual.

Forma de Avaliação

A avaliação da qualidade dos serviços será realizada pelo Executor do Contrato ou pela Comissão Executora designada pela Administração, com base na verificação objetiva de ocorrências registradas durante a execução dos serviços no período avaliado.

As ocorrências serão classificadas conforme sua gravidade e impacto operacional, sendo atribuída pontuação específica para cada tipo de inconformidade, conforme tabela de gradação definida neste instrumento.

O IMR será medidos, avaliados e calculados mensalmente conforme previsto neste Termo de Referência, tendo como referência os serviços e peças consumidos naquele mês, considerando as 24 horas diárias e o total de dias em cada mês avaliado.

Procedimento de Notificação e Defesa

Verificada a ocorrência de inconformidade na execução dos serviços, o Executor do Contrato ou a Comissão Executora procederá à formalização da ocorrência por meio de termo de notificação, contendo a descrição do fato, a data, a classificação da ocorrência e a respectiva pontuação atribuída.

A notificação poderá ser comunicada à Contratada por meio eletrônico ou outro canal formal previsto contratualmente, devendo ser registrada em processo administrativo próprio.

A Contratada poderá apresentar justificativa ou defesa no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da notificação. A ausência de manifestação no prazo será interpretada como concordância com os fatos registrados, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

Justificativas poderão ser acolhidas pela Administração quando demonstrada a ocorrência de fatores excepcionais, imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada.

Sistema de Pontuação das Ocorrências

As ocorrências serão classificadas nos seguintes níveis:

a) Ocorrências Tipo 01 – Baixa Gravidade (01 ponto)

Situações que não interrompem a prestação do serviço, mas comprometem sua execução satisfatória, tais como:

- 1 - execução de serviços de forma descuidada ou em desacordo com boas práticas técnicas;
- 2 - utilização inadequada ou ausência de equipamentos de proteção individual exigidos;
- 3 - conduta inadequada de baixa gravidade por parte de profissionais da Contratada.
- 4 - morosidade ao responder comunicação oficial da Contratante.

b) Ocorrências Tipo 02 – Média Gravidade (05 pontos)

Situações que caracterizam falhas relevantes na execução do serviço, tais como:

- 1 - descumprimento de determinações formais da fiscalização do CBMDF ou da ANAC;
- 2 - recusa injustificada na execução de serviços demandados;
- 3 - deixar de responder comunicação oficial da Contratante;

4 - erros nos serviços executados identificados antes da entrega definitiva.

c) Ocorrências Tipo 03 – Alta Gravidade (10 pontos)

Situações que comprometam a segurança operacional, a continuidade do serviço ou o patrimônio da Administração, tais como:

- 1 - execução de serviços que comprometam a segurança de voo ou a aeronavegabilidade;
- 2 - danos ao patrimônio do CBMDF;
- 3 - reincidência em atrasos no atendimento de ocorrências AOG no período de 6 (seis) meses;
- 4 - conduta inadequada grave por parte de profissionais da Contratada.

A pontuação total será apurada ao final de cada período de avaliação, considerando todas as ocorrências registradas e não justificadas no intervalo correspondente.

Os ajustes financeiros incidirão exclusivamente sobre o valor dos serviços executados e faturados no período avaliado, conforme a pontuação acumulada, observada a seguinte tabela:

Apurada	Pontuação	Ajuste Financeiro
pontos	0 a 2	Sem ajuste
pontos	3 a 4	Desconto de 2%
pontos	5 a 9	Desconto de 4%
pontos	10 a 19	Desconto de 6%
pontos	20 a 29	Desconto de 8%
pontos	30 a 39	Desconto de 10%
pontos	40 a 49	Desconto de 20%
pontos	50 a 59	Desconto de 30%
pontos	60 a 69	Desconto de 40% e instauração de procedimento administrativo para apuração de inadimplemento
69 pontos	Acima de	Desconto de até 50% e instauração de procedimento administrativo para avaliação de sanções contratuais

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- não produzir os resultados acordados;

- deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
ou

- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Os descontos serão aplicados diretamente na fatura correspondente aos serviços executados no período avaliado, após ateste do Executor do Contrato ou Comissão Executora.

19. DO PAGAMENTO

O pagamento será feito de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada em até 30 (trinta) dias a contar de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor de Contrato/Executor da Nota de Empenho, devidamente nomeado pelo CBMDF.

20. DAS PENALIDADES

No caso de violação de quaisquer disposições estipuladas neste Instrumento, serão passíveis de aplicação as penalidades descritas em Edital. Esse procedimento seguirá os princípios do devido processo legal, assegurando garantias ao contraditório e à ampla defesa, em conformidade com os Art. nº 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 44.330/2023.

Subdiretor de Materiais e Serviços e Chefe da DIMAT/SEPEC

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



Governo do Distrito Federal
Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal
Seção de Contratos e Convênios
Subseção de Elaboração e Registro de Contratos

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

* MINUTA DE DOCUMENTO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

(Processo Administrativo nº _____)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E

.....

O Distrito Federal, por intermédio do **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**, com sede no SAM Lote D Módulo E, na cidade de Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 08.977.914/0001-19, neste ato representado(a) pelo Cel. QOBM/Comb. **XXXXXXXXXXXX**, portador do RG nº **XXXXXX** - CBMDF e do CPF nº **XXXXXXXXXXXX**, Diretor de Contratações e Aquisições, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DODF de de de, portador da Matrícula Funcional nº **XXXXXXXXXX**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme contrato social (LINK SEI) e Procuração (LINK SEI), tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Distrital nº 44.330/2023, da e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../.... (LINK SEI), mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO

1.1. O Contrato tem por objeto **Contratação de empresa homologada pela ANAC, especializada Serviços de reparos e manutenção de aeronaves, Serviços de manutenção e conservação de bens móveis, Manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças, componentes, acessórios, fluidos, equipamentos, ferramental, consumíveis necessários e demais serviços para manutenção da aeronavegabilidade da aeronave de Resgate Grand Caravan C208 do CBMDF**, consoante especifica o Termo de Referência nº **/20 - (LINK SEI)**, a Justificativa de Dispensa de Licitação (**LINK SEI**) e a Proposta (**LINK SEI**), que passam a integrar o presente Termo.

1.2. Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência (LINK SEI)

1.2.2. O Edital da Licitação (LINK SEI)

1.2.3. A Proposta do contratado (LINK SEI)

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº. 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. DO MODELO DE EXECUÇÃO, GESTÃO CONTRATUAL E PAGAMENTO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O serviço processar-se-á conforme tópicos 7 e 10 do Termo de Referência _____ (LINK SEI) e na Proposta (LINK SEI), facultada sua prorrogação, desde que devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

3.3. A contagem do prazo para entrega do objeto ou execução/fornecimento do serviço contratual fluirá a partir do primeiro dia útil após o recebimento do empenho, da ordem de serviço (quando houver) ou da assinatura do contrato (quando houver), excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

3.3.1. O prazo será considerado prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento ocorrer no sábado, domingo, feriado, quando não houver expediente administrativo na Corporação ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.

3.4. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até ____ (_____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato.

3.5. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, **à exceção de empresas que sejam matriz e filial** (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);

3.5.1. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, **à exceção de empresas matriz e filial**, serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

3.5.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, CNPJ: 08.977.914/0001-19.

3.6. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

3.6.1. Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

3.6.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

3.6.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

3.6.4. Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

3.7. Os pagamentos, pelo CBMDF, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011), exceto:

3.7.1. Os pagamentos à empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

3.7.2. Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

3.7.3. Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

3.8. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA *pro rata tempore*.

3.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

3.10. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer

obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

4. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DO PREÇO

5.1. O valor total do Contrato é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. DO REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/03/2026.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou

de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

7.10. A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

7.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

8.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.8.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa do Distrito Federal;

8.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

8.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

8.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

- 8.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencham as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 8.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 8.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 8.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 8.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 8.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 8.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 8.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 10.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 10.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 10.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, mediante processo administrativo com observância do devido processo legal administrativo, das garantias do contraditório e da ampla defesa, e da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 10.2.1. **Advertência;**

- 10.2.2. **Multa;**
- 10.2.3. **Impedimento de licitar e contratar; e**
- 10.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.**
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. Compete ao Diretor de Contratações e Aquisições do CBMDF, nos termos do art. 121 da Portaria nº 21/2011, aplicar as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, nos termos do inciso II do §6º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.4.1. Compete ao Chefe do Departamento de Administração Logística e Financeira do CBMDF analisar e julgar os recursos interpostos contra as penalidades aplicadas pelo Diretor de Contratações e Aquisições.
- 10.5. Compete ao Comandante Geral do CBMDF aplicar a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar, que será precedida de análise jurídica.
- 10.5.1. Caberá apenas Pedido de Reconsideração da decisão proferida pelo Comandante Geral do CBMDF nos casos de aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade, prevista no item 10.1.4 deste instrumento.
- 10.6. A aplicação das sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais militares, que avaliará os fatos e as circunstâncias e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de quinze dias úteis, contado da data da intimação.
- 10.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 10.7. Na aplicação das sanções de Advertência e Multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 10.8. Da aplicação das sanções de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar e Contratar caberá Recurso Administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 10.9. Todas as comunicações, inclusive a intimação para apresentação de Defesa Prévia e Recurso Administrativo serão realizadas por meio eletrônico através do endereço de *e-mail* cadastrado na proposta, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.
- 10.9.1. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação e confirmar o recebimento, certificando-se nos autos a sua realização.
- 10.9.2. Na hipótese do item anterior, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
- 10.9.3. A consulta referida nos itens anteriores deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada no primeiro dia útil seguinte à data do término desse prazo.
- 10.9.4. No prazo destinado ao exercício do direito de defesa, a empresa contratada ou licitante poderá solicitar vista dos autos referentes ao Procedimento Apuratório e o Processo Principal da contratação, ocasião em que será realizada a disponibilização de acesso externo via *e-mail* cadastrado na proposta ou endereço eletrônico informado no momento do pedido.
- 10.9.5. A empresa contratada poderá apresentar a Defesa Prévia ou interpor o Recurso Administrativo através do endereço eletrônico dicoa.sutec@cbm.df.gov.br, ou presencialmente na secretaria da Diretoria de

Contratações e Aquisições, situada no SAM Lote D, Módulo E – Quartel do Comando Geral, Brasília – DF.

10.10. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

10.11. A aplicação das sanções previstas neste contrato ou instrumento congêneres serão formalizadas mediante Apostilamento no processo principal da contratação, bem como publicadas em DODF e inscritas no SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, se for o caso.

10.12. Os prazos referentes às penalidades aplicadas aos contratados, sobretudo quando às sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade, para todos os efeitos, são contados a partir da data de inscrição no SICAF, sendo a publicação em Diário Oficial do Distrito Federal mero ato de publicidade da sanção.

10.13. A sanção de Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.13.1. A sanção de Advertência poderá ser aplicada isolada ou conjuntamente com a pena de multa, vedada sua cumulação com as demais sanções.

10.14. A sanção de Multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

10.15. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora e obedecerá os seguintes percentuais:

10.15.1. 0,5% (cinco décimos por cento) calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, quando houver um dia de atraso.

10.15.2. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, limitado a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato, quando houver mais de um dia de atraso.

10.16. A aplicação de multa de mora não impedirá a sua conversão em compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Contrato, e obedecerá os seguintes percentuais:

10.16.1. 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;

10.16.2. 30% (trinta por cento) em caso de inexecução total do contrato;

10.16.3. de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de obrigações contratuais acessórias.

10.17. Caso a contratada entregue parte do objeto em atraso e não cumpra o restante da obrigação, será aplicada a penalidade de multa moratória a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e aplicada a penalidade de multa compensatória a ser calculada sobre a parcela não entregue, limitado o percentual máximo das multas a 30% sobre o valor total do contrato.

10.18. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

10.18.1. o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

10.18.2. quando a soma dos valores atribuídos à contratada for considerada irrisória, o que será verificado após a realização dos cálculos pertinentes;

10.18.2.1. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

10.19. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, o contrato poderá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma prevista neste Contrato.

10.20. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CBMDF à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será emitido Documento de Arrecadação do Distrito Federal – DAR, com prazo de 30 dias corridos para o efetivo pagamento.

10.20.1. Em caso de não pagamento da multa aplicada, a sanção será agravada de forma automática,

aplicando-se, de forma cumulativa, a sanção de Impedimento de Licitar e Contratar no patamar máximo de 3 (três) anos, bem como encaminhado os autos à Procuradoria Geral do Distrito Federal para fins de análise quanto à viabilidade de ajuizamento de ação judicial para cobrança do débito.

10.20.2. A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar aplicada em decorrência de agravamento pelo não pagamento de multa anteriormente aplicada poderá ser revogada mediante a comprovação de pagamento da multa via DAR, encaminhado o comprovante à Corporação.

10.21. A sanção de multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida e observado o princípio da proporcionalidade.

10.22. A sanção de Impedimento de Licitar e Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.22.1. A aplicação da sanção de Impedimento de Licitar e Contratar deverá seguir os trâmites descritos no item 10.6.

10.23. A penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a Declaração de Inidoneidade.

10.24. A sanção de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de Impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.24.1. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União deverá seguir os trâmites descritos no item 11.6.

10.25. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.28. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.29. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse

dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

12.1.1. Gestão/Unidade:

12.1.2. Fonte de Recursos:

12.1.3. Programa de Trabalho:

12.1.4. Elemento de Despesa:

12.1.5. Plano Interno:

12.1.6. Nota de Empenho:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021, como nas seguintes situações:

- 13.4.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- 13.4.2. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- 13.4.3. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- 13.4.4. Empenho de dotações orçamentárias.

14. DO FISCAL DE CONTRATO

- 14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais de contrato, representante(s) do CBMDF especialmente designado(s) conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos.
- 14.2. O(s) fiscal(is) de contrato anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 14.3. O(s) fiscal(is) de contrato informará(ão) à Diretoria de Contratações e Aquisições, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

15. DA PUBLICAÇÃO

- 15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. DO FORO

- 16.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

MODELO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: ...

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

MODELO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, _____ de _____ de _____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V AO EDITAL – MODELO

PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

À

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES DO CBMDF

Endereço: Setor de Administração Municipal – SAM, Quadra “B”, Bloco “D”, CEP 70610-600, Brasília/DF (ao lado do DER) fone 0xx(61) 98321-6246 / 3193-0186 / 3193-0185.

Apresentamos **PROPOSTA DE PREÇOS** acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no **Pregão Eletrônico nº ____/20__ - DICOA/DEALF/CBMDF**, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

NOME DA PROPONENTE: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL OU MUNICIPAL OU DISTRITAL:

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÔNICO:

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos.

Nossa cotação para a prestação dos serviços está especificada, conforme abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ACEITÁVEIS	CATMAT / CATSER	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	INPEÇÃO DE 400 (QUATROCENTAS) HORAS DE VOO (SERVIÇOS 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17)	16098	unidade	1	R\$ ---	R\$ ---
	2	INSPEÇÃO DE 600 (SEISCENTAS) HORAS DE VOO (SERVIÇOS 3, 4, 11 e 12)	16098	unidade	1	R\$ ---	R\$ ---
	3	INSPEÇÃO ANUAL DE AERONAVEGABILIDADE (SERVIÇOS 1, 2, 8, 9 e 10)	16098	unidade	1	R\$ ---	R\$ ---
	4	CERTIFICADO DE VERIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE (CVA)	16098	unidade	1	R\$ ---	R\$ ---
	5	MANUTENÇÕES CORRETIVAS	16098	homem/hora	140	R\$ ---	R\$ ---
	6	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NACIONAIS ¹	-	unidade	1	---	R\$ ---
	7	TAXA ADMINISTRATIVA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS INTERNACIONAIS ¹	-	unidade	1	---	R\$ ---
	8	TAXA DE DESLOCAMENTO	-	por evento	24	R\$ ---	R\$ ---
	9	DIÁRIAS	-	por evento	60	R\$ ---	R\$ ---
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$ ---

- ¹ Para o itens de origem nacional foi aplicada a taxa de administração de ____% x R\$ --- e para os itens de origem internacional foi aplicada a taxa de ____% x R\$ ---.

PLANILHA FORNECIMENTO DE PEÇAS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-	FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS NACIONAIS	10572*	unidade	1	R\$ 55.630,34	R\$ 55.630,34
-	FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS INTERNACIONAIS	10572*	unidade	1	R\$ 166.891,01	R\$ 166.891,01
VALOR TOTAL PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS						
VALOR TOTAL PARA O CERTAME						

Declaramos que esta proposta tem validade de **90 (noventa)** dias corridos, contados da data de

apresentação.

Os prazos e forma de execução do serviço serão realizados de acordo com o Anexo I ao Edital.

Apresento **garantia** de _____ (_____) meses, conforme estabelecido no item ____ do Anexo I do Edital.

Declaro que prestarei os serviços da forma especificada no Termo de Referência que segue como Anexo I ao Edital do Pregão Eletrônico nº ____/20____ - DICOA/DEALF/CBMDF.

Declaramos ainda, que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

DECLARAMOS QUE ATENDEMOS OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL previstos no art. 8º da Lei distrital nº 4.770/2012, **adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em especial:**

I - utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e às especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

II - adoção de medidas, equipamentos ou técnicas que:

- a) reduzam o consumo de água e energia;
- b) eliminem o desperdício de materiais e energia utilizados;
- c) reduzam ou eliminem a emissão de ruídos.

III - fornecimento aos empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

IV - realização de treinamento interno de seus empregados, para redução da produção de resíduos e do consumo de energia elétrica e água, observadas as normas ambientais vigentes.

V - observância das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante

ANEXO VI AO EDITAL – DECLARAÇÃO
(OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS LICITANTES)

DECLARAÇÃO – ATENDIMENTO DA LEI DISTRITAL Nº 4.770/2012 (SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL)

Ref.: PE Nº ____/20____ - DICOA/DEALF/CBMDF

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA QUE ATENDE OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** previstos no art. 7º da Lei distrital nº 4.770/2012, **em especial que produz/comercializa bens:**

a) constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

b) que ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) que não contém substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por

organismos nacionais ou internacionais;

d) acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de material reciclável, com o menor volume possível;

e) que funcionem com baixo consumo de energia ou de água;

f) que sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais;

g) que possuam certificado emitido pelos órgãos ambientais;

h) que possuam certificação de procedência de produtos.

Brasília-DF, ____ de ____ de ____.

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **ELCIO DE AZEVEDO CARDOSO - Cel. QOBM/Comb. Matr.01417762, Diretor(a) de Contratações e Aquisições**, em 18/05/2026, às 17:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **203268093** código CRC= **408ECF9A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SAM Bloco D Módulo E - Palácio Imperador Dom Pedro II - QCG/CBMDF - CEP 70640020 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.cbm.df.gov.br

00053-00040182/2026-38

Doc. SEI/GDF 203268093